

### Brief Description

The Rule of Law and Security Programme was launched in 2008 for a 2 year period, to be finalized in May 2010. Its main axes focused on improving the justice system for better protection of citizen's rights, including access to justice, in particular for women, improving civilian governance of the security sector and establishing a modernized police and defence system. In light of the dynamic progress in the sector and changes in the international assistance framework, with the presence of other international partners and the establishment of a United Nations Integrated Mission in the country, with a mandate much focused on internal security, UNDP launched a BCPR/Regional Centre Dakar supported mission to assess progress in the sector and provide recommendations to revise and update the RoLS. Following those recommendations and after a comprehensive consultative process, this programme has been revised, with significant changes in scope, structure, and size, including a stronger focus on the "demand" side of justice". The revised RoLS adopts a people-centred approach that emphasises access to justice in three pilot regions, long-term capacity development and institutionalised training for the judiciary, planning and increased accountability of the sector. It will focus on the formal justice sector mainly through supporting infrastructures and capacity development, but also on the customary and traditional mechanisms, with an emphasis on legal information and access to justice services. Improved governance of the justice and security sector remains as a priority. The policing scope is now limited to the role of the police in the overall functioning of the judicial chain in identified pilot regions.

In summary, RoLS prioritises three key areas: i) Decentralisation of the justice system and access to justice; ii) Judicial training and mentoring; iii) Strategic planning, coordination and oversight of the justice and security systems. The revised programme provides for a strengthened Programme Management Unit, with international and national expertise on programme management, training/mentoring, access to justice and communications/M&E. The programme will also establish project units at the regional level in three regions. Furthermore, capacities for project administration, operations and procurement will be beefed up to ensure adequate delivery in particular on the regional infrastructure and equipping component. The programme is planned for an initial two year time frame.

Programme Period: 2 years  
 Key Result (Strategic Plan): Effective, responsive, accessible and fair justice systems promote the rule of law, including both formal and informal processes, with due consideration on the rights of the poor, women and vulnerable groups.  
 Atlas Award ID:  
 Start date: September 2010  
 End Date: September 2012  
 Management Arrangements: DEX

Total resources required: USD 5,691.330

Total allocated resources: USD 3,615.530

- Regular: USD 1,787.970 million (BCPR)
- Other: USD 562,820 (TRAC)
- MDG F 1,264,740

Unfunded budget: USD 2,075.800

In-kind Contributions:

- Brazil
- Portugal

Agreed by Government: Adelino Mano Queta

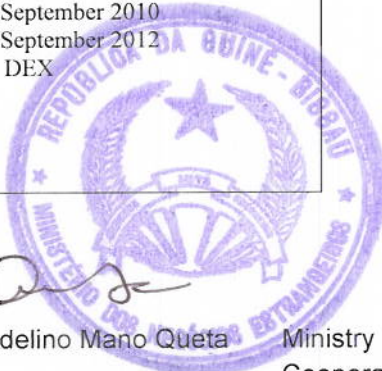
Ministry of Foreign Affairs, International Cooperation and communities

Date:

Agreed by UNDP: Giuseppina Mazza

Resident Representative

Date: 21/09/2010





### Breve Descrição

O Programa de Estado de Direito e Segurança foi lançado em 2008 por um período de 2 anos, devendo ser concluído em Maio de 2010. Os seus eixos principais centravam-se na melhoria do sistema de justiça, para uma melhor protecção dos direitos dos cidadãos, incluindo o acesso à justiça, em particular para as mulheres, melhorar a governação civil do sector da segurança e estabelecer um sistema de polícia e de defesa moderno. À luz da evolução dinâmica do sector e as mudanças no quadro da ajuda internacional, com a presença de outros parceiros internacionais e o estabelecimento de uma Missão Integrada das Nações Unidas no país, com um mandato muito mais focado na segurança interna, o PNUD lançou uma missão de apoio BCPR / Centro Regional de Dakar, para avaliar os progressos no sector e fornecer recomendações para rever e actualizar o ROLS. Seguindo essas recomendações, e após um amplo processo de consultas, este programa foi revisto, com alterações significativas no seu âmbito, estrutura e tamanho, incluindo uma ênfase mais forte no "lado da procura da justiça". O ROLS revisto adopta uma abordagem centrada nas pessoas, que enfatiza o acesso à justiça em três regiões-piloto, desenvolvimento de capacidades de longo prazo e formação institucionalizada para o sector judicial, melhor planeamento e maior responsabilização do sector. Incidirá sobre o sector da justiça formal, principalmente através do apoio a infra-estruturas e desenvolvimento de capacidades, mas também sobre os mecanismos consuetudinários e tradicionais, com ênfase na informação jurídica e o acesso aos serviços de justiça. Melhorar a governação do sector da justiça e da segurança continua a ser uma prioridade. A intervenção na polícia está agora limitada ao seu papel no funcionamento global da "engrenagem" penal nas regiões-piloto identificadas. Em resumo, o ROLS dá prioridade a três áreas principais: i) Descentralização do sistema de justiça e acesso à justiça; ii) Formação e Mentoria Judicial; iii) Planeamento estratégico, coordenação e supervisão do sistema de justiça e segurança. O programa revisto, prevê um reforço da Unidade de Gestão do Programa, com eperícia internacional e nacional em gestão de programa, formação / aconselhamento, acesso à justiça e comunicação / M & E. O programa também irá estabelecer unidades de projecto a nível regional em três regiões. Além disso, as capacidades para administração de projectos, operações e aquisições serão reforçadas para garantir a entrega adequada, em especial na componente de infra-estrutura e equipamentos regionais. O programa está previsto para um período inicial de dois anos.

Período do Programa: 2 anos  
Resultado Chave (Plano Estratégico): Sistema de justiça eficaz, responsivo, acessível e justo, que promove o Estado de direito, incluindo os processos formais e informais, com a devida consideração aos direitos dos mais pobres, mulheres e grupos vulneráveis.  
ID Atlas:  
Início: Setembro 2010  
Fim: Setembro 2012  
Modalidades de Gestão: DEX

Total dos recursos necessários: USD 5,691.330

Total de recursos alocados: USD 3,615.530

- Regular: USD 1,787.970 milhões (BCPR)
- Outro: USD 562.820 (TRAC)
- MDG F 1,264,740

Orçamento não Financiado: USD 2,075.800

In-kind Contributions:

- Brazil
- Portugal

Aprovado pelo Governo: Adelino Mano Queta

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades

Data:

Aprovado pelo PNUD: Giuseppina Mazza

Representante Residente

Data: 21/09/2010